

Handwritten signature and date: 27/12/16

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



## Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 ANÁLISE GLOBAL .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 ORÇAMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA .....</b>	<b>18</b>
<b>3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA .....</b>	<b>18</b>
<b>3.2.2.2 DESPESA CORRENTE .....</b>	<b>18</b>
<b>3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL.....</b>	<b>20</b>
<b>3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....</b>	<b>21</b>
<b>4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1.1.1 BALANÇO .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.....</b>	<b>28</b>
<b>4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1.1.3 ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>29</b>
<b>5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>30</b>
<b>6. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>31</b>

1.  
2016

---

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea i), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano económico de 2016, tendo em vista a votação e respetiva aprovação por parte da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea l), do número 2, do artigo 25.º, da citada Lei e posteriormente submetido ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Por outro lado, tendo em conta o preceito legal estabelecido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais) e no n.º 2, do ponto 2, das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente *Relatório de Gestão e Contas* relativo ao ano económico de 2016.

Os principais objetivos deste Relatório são então:

- Aferir a qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados;
- Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
- Analisar a situação financeira da Autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço final e a Demonstração de Resultados de 2016.

De acordo com o princípio orçamental de anualidade, os montantes previstos no Orçamento Municipal são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil. Com o fim do ano surge a necessidade de se proceder ao encerramento das contas, não só para apurar o valor global das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, mas também para poder comparar e avaliar a justeza das previsões efetuadas e os níveis de execução orçamental.

---

O atual sistema contabilístico das autarquias locais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), determina que um dos documentos de prestação de contas é o relatório de gestão, pelo que o presente documento, constitui o Relatório de Gestão referente ao ano de 2016.

Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples dar as informações, que se julgam ser suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira tanto no domínio orçamental como económico e financeiro. Trata-se de um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

Os Documentos Previsionais de 2016 foram elaborados de acordo com os termos constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovados pela Assembleia Municipal de acordo com o definido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como no cumprimento das regras orçamentais e contabilísticas definidas no POCAL traduzidas em regras previsionais e princípios orçamentais.

A execução dos Documentos Previsionais, da competência da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara, com superintendência na execução das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, consubstanciou-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização das despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano, sempre no cumprimento dos princípios a considerar na execução orçamental.

Assim e nos termos do artigo 6.º, do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
- c) Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- d) Mapa de Fluxos de Caixa
- e) Mapa de Operações de Tesouraria
- f) Balanço
- g) Demonstração de Resultados

21.11.2016  
[Handwritten signature]

- 
- h) Anexos às Demonstrações Financeiras
  - i) Relatório de Gestão.

Na execução do Orçamento de 2016 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que agora se apresenta, tendo-se executado todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais exigidos, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos legais.

Saliente-se que a percentagem de execução orçamental da receita e da despesa totalizou, respetivamente, 95,17% e 92,04%, valor totalmente aceitável e que representa um estímulo ao Executivo para continuar a elaborar documentos previsionais rigorosos e os mais realistas possível.

Acresce ainda referir que os mapas e quadros a seguir apresentados enriquecem uma análise financeira e patrimonial embora eminentemente técnica de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

11.  
20

---

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa terminou o ano a crescer quase 2% no quarto trimestre de 2016, sendo que na totalidade do ano, o PIB aumentou 1,4%, um resultado superior ao que o Governo e a Comissão Europeia antecipavam.

A economia portuguesa voltou a reforçar a tendência de evolução positiva, sendo que os dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que o PIB português avançou 1,9% nos últimos três meses do ano em comparação com o mesmo período de 2015. Um valor que fica em linha com a previsão da Comissão Europeia. Para a totalidade do ano, Portugal cresceu 1,4%, um valor que supera a previsão de Bruxelas (1,3%), bem como do Governo português (1,2%).

A economia portuguesa apresentou nos dois últimos trimestres de 2016 um crescimento sólido, depois de um primeiro semestre desapontante. O dinamismo na segunda metade de 2016 tem importância não apenas para esse ano, mas também para períodos futuros. As previsões da Comissão Europeia, por exemplo, mostram que a aceleração da atividade se manterá principalmente na primeira metade de 2017.

O consumo privado, a FBCF e as exportações registaram, no final de 2016, um crescimento superior ao subjacente no *Boletim de Económico* de dezembro último. Esta indicação é reforçada pela evolução positiva dos indicadores de investimento e exportações referentes ao início de 2017, bem como pela manutenção de um elevado nível de confiança dos agentes económicos, tanto no que se refere aos consumidores como á generalidade dos setores produtivos da economia.

O padrão de crescimento intra-anual ao longo de 2016 – caracterizado por um crescimento face ao semestre anterior de 0,6% no primeiro semestre e de 1,3% no segundo semestre – tem um efeito positivo no crescimento de 2017. Com efeito, em 2016, a atividade económica acelerou claramente do primeiro para o segundo semestre do ano. A aceleração ao longo do ano traduziu-se pela recuperação das exportações extracomunitárias, com destaque para Angola, pela aceleração das exportações intracomunitárias, nomeadamente para Espanha, pela concretização de decisões de investimento, num contexto de redução da incerteza sobre a evolução da economia nacional, e também pela dissipação de alguns fatores de natureza temporária, nomeadamente associados ao setor da construção.



---

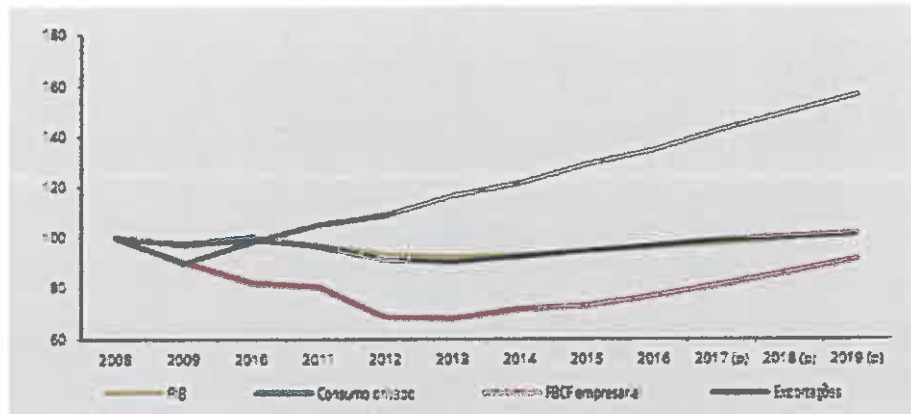
Influenciando claramente a aceleração sentida no final do ano, há que destacar um maior contributo da procura interna. Isto é, uma recuperação do investimento - que, de acordo com o INE, parece finalmente ter recuperado - e um "crescimento mais intenso" do consumo das famílias.

A economia portuguesa deverá manter uma trajetória de recuperação ao longo dos próximos anos, apresentando um ritmo de crescimento em linha com o atualmente projetado para o conjunto da área do euro. Assim, após um aumento de 1,4% em 2016, o PIB em Portugal deverá crescer 1,8% em 2017, 1,7% em 2018 e 1,6% em 2019, sendo que neste ano o produto real deverá situar-se num nível próximo do registado em 2008. Esta evolução da atividade ao longo do horizonte de projeção está sustentada num forte crescimento das exportações e numa recomposição da procura interna no sentido de um maior dinamismo da formação bruta do capital fixo (FBCF). Este ritmo de recuperação permanece condicionado pela necessidade de ajustamento dos balanços setoriais da economia portuguesa, assim como por constrangimentos estruturais a um maior crescimento potencial.

O comportamento das exportações, não só de bens como também de serviços, tem sido um dos aspetos de destaque do processo de ajustamento da economia portuguesa, propiciando uma assinalável reorientação de recursos produtivos para setores mais expostos à concorrência internacional. Este aumento da abertura ao exterior terá acompanhamento de um forte crescimento do investimento empresarial ao longo do horizonte de projeção, que continuará a beneficiar da manutenção de condições monetárias e financeiras de perspectivas favoráveis quanto à evolução da procura global. Por sua vez, o consumo privado, manter-se-á sempre condicionado pelo crescimento dos salários reais e pela necessidade de continuação do processo de redução do nível de endividamento das famílias. É de realçar a melhoria no mercado de trabalho e o facto dos níveis de confiança terem aumentado.

Nos períodos futuros, o contributo das exportações para o crescimento do PIB manter-se-á superior ao contributo da procura interna. Assim sendo, a economia portuguesa deverá manter futuramente uma capacidade de financiamento face ao exterior, o que constitui uma característica fundamental do processo de recuperação que se tem vindo a evidenciar ultimamente.

Gráfico – Evolução da Composição do PIB | Índice 2008 =100



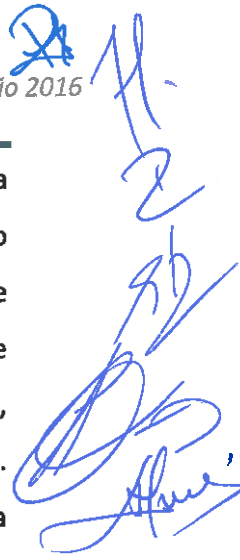
Fontes: INE e Banco de Portugal. Nota: (p) – projetado.

As previsões estão sujeitas a riscos descendentes substanciais, visto que a desaceleração mais prolongada nos grandes mercados emergentes poderá ter repercussões substanciais nos outros mercados em desenvolvimento, e, eventualmente, contrariar a recuperação nas economias mais desenvolvidas.

A previsão em alta para períodos futuros do crescimento do PIB e a aceleração no final do ano de 2016, justificam o efeito positivo de um conjunto de medidas que tinham sido tomadas pelas entidades governamentais, como o fim faseado dos cortes salariais na Função Pública, que se refletiu favoravelmente na economia do país.

Relativamente à evolução das principais componentes da procura interna, o consumo privado deverá aumentar 2,1% em 2017, após 2,3% em 2016. Esta evolução conjuga uma ligeira aceleração do consumo corrente com uma desaceleração do consumo de bens duradouros. Relativamente ao consumo corrente, prevê-se um crescimento deste indicador em linha com o rendimento disponível real, numa perspetiva de aumento de emprego e de crescimento moderado dos salários reais. De realçar em 2017 a influência positiva do aumento de 5,1% do salário mínimo e a continuação de algumas medidas de reposição de rendimentos incluídas no Orçamento do Estado. Por seu turno, a desaceleração do consumo de bens duradouros ocorre após o crescimento muito significativo verificado nos últimos anos, associados em parte à concretização de despesas adiadas no período de recessão económica.





---

Para 2018 e 2019 estima-se uma desaceleração significativa do consumo privado, para 1,4 % nos dois anos. O consumo privado deverá crescer em linha com o rendimento disponível real, num contexto de crescimento anual do emprego de cerca de 1% e de aumentos dos salários reais limitados por ganhos reduzidos da produtividade. A taxa de poupança das famílias deverá manter-se em níveis historicamente reduzidos, antevendo-se uma continuação do processo de redução do endividamento das famílias. O elevado crescimento da FBCF constitui uma característica fundamental para a projeção macroeconómica. Após um aumento de 5% em 2016, a FBCF empresarial deverá manter um crescimento em torno de 6% dos próximos 2/3 anos. Este crescimento previsível é baseado em expectativas positivas para a procura global, bem como na manutenção de condições de financiamento favoráveis. A evolução positiva da FBCF empresarial reflete também a necessidade de recuperação do stock de capital e o aumento da taxa de utilização da capacidade produtiva, que se tem vindo a aproximar progressivamente dos valores médios no período pré-crise.

Relativamente ao investimento em grandes infraestruturas a ocorrer no período 2017-2019, estima-se que, tanto o investimento privado como público, deverão beneficiar da normalização da atribuição de financiamento através de fundos europeus.

---

8

---

Tendo em conta o crescimento que se tem verificado relativamente à procura externa dirigida à economia portuguesa, as exportações deverão crescer aproximadamente 5% em termos médios anuais, valor este superior ao estimado para a procura externa, projetando-se assim um ganho de quota de mercado de 1,9%, que se irá reduzindo progressivamente ao longo dos próximos anos.

O dinamismo das exportações, como já referido anteriormente, verificar-se-á tanto na componente de bens como na componente de serviços. Destaca-se o desempenho das exportações de turismo, que será favorecido pela ocorrência de importantes eventos à escala internacional em território português. No caso do setor automóvel, projeta-se o aumento da capacidade produtiva, facto este que impulsionará o crescimento das respetivas exportações em 2017.

A evolução das importações estará em linha com a procura global ponderada pelos conteúdos importados, tendo em conta os padrões médios observados no passado.

Globalmente, as atuais projeções apontam para o reforço da tendência ascendente da internacionalização da economia portuguesa.

---

Para o mercado de trabalho prevê-se um aumento do emprego de 1,6% em 2017 e cerca de 1% em 2018 e 2019. Esta tendência de melhoria reflete o progressivo retorno a variações do emprego mais em consonância com a sua elasticidade histórica face à atividade, e tem implícita uma recuperação da produtividade.

Relativamente à taxa de inflação, cifrou-se no ano de 2016 em 0,6% representando uma muito ligeira aceleração da subida dos preços no consumidor face a 2015, ano em que a taxa de inflação se quedou pelos 0,5%.

Considerando o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português – que é um índice ligeiramente modificado face à taxa de inflação e que é utilizado para uma melhor comparação internacional – a evolução dos preços foi muito similar à da inflação tradicional: variação média anual de 0,6% em 2016 (0,5% no ano anterior).

Segundo o INE a “aceleração do IPC foi determinada sobretudo pelo comportamento dos preços do subgrupo dos Combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal. Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a variação homóloga foi 0,5% (0,4% no mês anterior).”

Relativamente ao ano de 2017 e futuros, prevê-se um aumento da inflação, passando de 0,6% em 2016 para 1,6% em 2017, e estabilizando em 1,5% no período 2018-2019. A aceleração dos preços em 2017 reflete em larga medida o aumento dos preços dos bens energéticos, em linha com as hipóteses técnicas para a evolução do preço do petróleo. Relativamente à componente não energética, prevê-se uma aceleração gradual ao longo do horizonte de projeção para os próximos anos, num quadro de crescimento moderado da economia portuguesa, de redução da taxa de desemprego, de aumento dos preços de importação e de expectativas de inflação ascendentes, não só em Portugal, como também na área do euro.

Em suma, as atuais projeções indicam a continuidade da recuperação da atividade económica no período 2017-2019, com um crescimento caracterizado por um dinamismo elevado das exportações e do investimento empresarial, que terá acompanhamento pelo aumento do emprego no setor privado e pela continuação da descida da taxa de desemprego. Esta situação indicia a manutenção de equilíbrios macroeconómicos fundamentais, destacando-se o excedente externo da economia portuguesa. Porém, mesmo assim, o ritmo de crescimento económico projetado é inferior ao necessário para o reinício do processo de convergência real face à área do

---

euro. Assim sendo, é fundamental aprofundar a orientação de recursos para empresas mais expostas à concorrência internacional e mais produtivas, e dar continuidade ao processo de redução do elevado nível de endividamento dos vários setores de atividade, reduzindo a vulnerabilidade da economia portuguesa a “choques” que possam ocorrer.

H.  
2  
9/12  
A. B.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2016 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita global ascendeu a €8.052.320,95 dos quais €7.529.761,48 provêm de receitas orçamentais e €522.559,47 correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a €7.830.066,45, existindo um saldo inicial de €314.533,11, transitando para a gerência seguinte o montante de €536.787,61.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	1 684,53	312 848,58	314 533,11
Receitas	7 529 761,48	522 559,47	8 052 320,95
Despesas	7 278 241,14	551 825,31	7 830 066,45
Saldo para a gerência seguinte	253 204,87	283 582,74	536 787,61

11

O índice de realização da receita, referente ao ano de 2016, foi de 95,17% e o da despesa de 92,04%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização de 25,20% o que correspondeu a um montante de €2.983.931,71.

No que concerne às Contas de Ordem, em 2016, regista-se o valor de €216.130,32 relativo às garantias e caucões prestações, tendo sido devolvidas no montante de €285.936,62, verificando-se a existência de um saldo final de €1.251.795,69.

O Balanço, à data de 31 de dezembro, regista os seguintes totais:

Composição	Valor
	em euros
Ativo	43 423 310,72
Fundos Próprios	20 923 444,03
Passivo	21 983 044,45
Resultado Líquido do Exercício	516 822,24

### 3.1 ANÁLISE GLOBAL

#### 3.1.1 ESTRUTURA ORÇAMENTAL

A comparação entre o Orçamento Final e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

12

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento Inicial com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, mostrando uma taxa de execução da Receita e da Despesa de 95,17% e 92,04% respetivamente.

Estes rácios traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos (execução financeira) e a da receita a efetivamente cobrada.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
Receitas correntes	7 109 286,00	89,90%	6 836 854,81	90,84%	-272 431,19	96,17%
Receitas de capital	796 715,00	10,07%	687 350,91	9,13%	-109 364,09	86,27%
Outras receitas	2 100,00	0,03%	1 897,09	0,03%	-202,91	90,34%
<b>Total da Receita</b>	<b>7 908 101,00</b>	<b>100</b>	<b>7 526 102,81</b>	<b>100</b>	<b>-381 998,19</b>	<b>95,17%</b>
Despesas correntes	6 525 918,00	82,52%	6 086 955,11	83,63%	-438 962,89	93,27%
Despesas de capital	1 382 183,00	17,48%	1 191 286,03	16,37%	-190 896,97	86,19%
<b>Total da Despesa</b>	<b>7 908 101,00</b>	<b>100</b>	<b>7 278 241,14</b>	<b>100</b>	<b>-629 859,86</b>	<b>92,01%</b>

No campo das receitas, verifica-se que a sua cobrança registou um desempenho considerável, nomeadamente ao nível das Receitas Correntes que atingiram €6.836.854,81, correspondendo uma taxa de execução de 96,17%. As Receitas de Capital registaram um desempenho ligeiramente menos eficaz, atingindo uma taxa de execução de 86,27%.

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as Despesas Correntes tiveram um nível de execução de 93,27%, enquanto as Despesas de Capital apresentaram uma taxa de realização inferior de 86,19%.

O quadro que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e evolução da Receita e Despesa no período entre 2012 e 2016, bem como a evolução da respetiva poupança corrente.

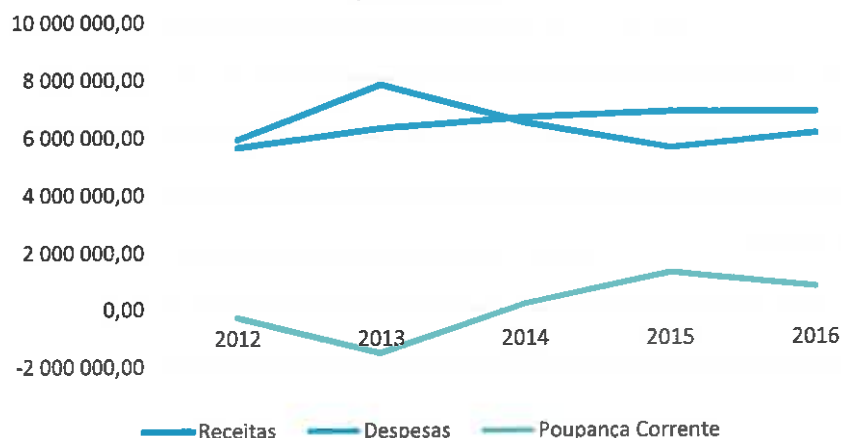
Anos	Receitas			Despesas			Poupança Corrente
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	
2012	5 644 938,56	4 279 503,46	9 924 442,02	5 916 313,90	3 833 218,13	9 749 532,03	-271 375,34
2013	6 306 434,74	5 081 103,62	11 387 538,36	7 815 220,13	3 076 750,87	10 891 971,00	-1 508 785,39
2014	6 669 552,56	632 590,37	7 302 142,93	6 487 092,04	1 315 426,46	7 802 518,50	182 460,52
2015	6 857 402,83	535 627,15	7 393 029,98	5 605 915,80	2 470 155,23	8 076 071,03	1 251 487,03
2016	6 836 854,81	687 350,91	7 524 205,72	6 086 955,11	1 191 286,03	7 278 241,14	749 899,70

H. ~~...~~  
 2  
 7/12  
 P. ~~...~~  
 J. ~~...~~

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes".

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município da Mêda, registou, em 2016, receitas correntes suficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo, verificando-se nos últimos 3 anos uma recuperação significativa comparativamente com os anos anteriores.

### EVOLUÇÃO DO SALDO DA POUPANÇA CORRENTE



## 3.2 ORÇAMENTO

No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se no capítulo CONTAS, anexo a este relatório, os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

Tendo presente que as fontes de financiamento próprias da Autarquia são manifestamente insuficientes para custear toda a atividade desenvolvida e por outro lado o fato de estar fortemente dependente, quer dos fundos provenientes da

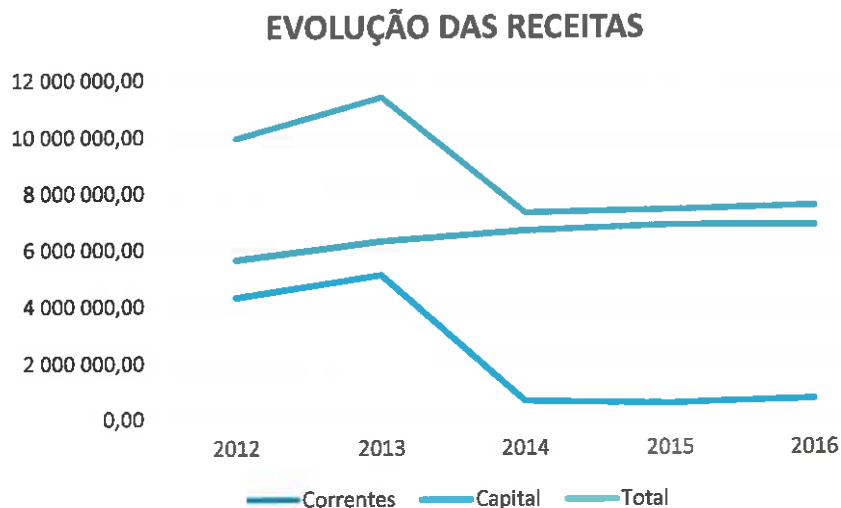
Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the bottom and some scribbles at the top.

Administração Central quer comunitários, é importante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fontes de financiamento externo (estatais e comunitárias).

### 3.2.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

#### 3.2.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA

O gráfico que a seguir se apresenta permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



O gráfico mostra que as Receitas Totais tiveram um ligeiro aumento, em 2016, para €7.524.205,72. A arrecadação das Receitas Correntes diminuiu ligeiramente relativamente ao ano de 2015, não existindo variação significativa do seu peso em relação à Receita Total.

#### 3.2.1.2 RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente



estável.

As receitas correntes atingiram uma execução de 96,17%, proporcionando uma base de consistência para o funcionamento de um conjunto de despesas obrigatórias e fundamentais para o regular funcionamento dos serviços e da atividade da Autarquia.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada no quadro seguinte, destacam-se os impostos diretos (IMI, IMV e IMT), as transferências correntes (FEF, FSM, participação fixa do IRS) e as vendas de bens e serviços correntes, que permitiram alcançar uma **execução de 96,17% das receitas correntes**.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Impostos diretos	842 510,00	11,85%	635 492,05	9,30%	-207 017,95	<b>75,43%</b>
02. Impostos indiretos	17 860,00	0,25%	16 474 24	0,24%	-1 385,76	<b>92,24%</b>
04. Taxas, multas e outras penalidades	187 500,00	2,64%	167 843,04	2,45%	-19 656,96	<b>89,52%</b>
05. Transferências de propriedade	34 500,00	0,49%	17 752,22	0,26%	-16 747,78	<b>51,46%</b>
06. Transferências correntes	5 278 554,00	74,25%	5 272 589,93	77,12%	-5 964,07	<b>99,89%</b>
07. Vendas de bens e serviços correntes	721 250,00	10,15%	700 099,11	10,24%	-21 150,89	<b>97,07%</b>
08. Outras receitas correntes	27 112,00	0,38%	26 604,22	0,39%	-507,78	<b>98,13%</b>
<b>Total das Receitas correntes</b>	<b>7 109 286,00</b>	<b>100%</b>	<b>6 836 854,81</b>	<b>100%</b>	<b>-272 431,19</b>	<b>96,17%</b>

16

Também se pode verificar índices de realização aproximados a 100% em Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades e Outras Receitas Correntes. O valor do índice de execução, bastante satisfatório relativamente às expectativas traçadas aquando da elaboração do Orçamento para o exercício de 2016, revela uma rigorosa previsão das receitas correntes e também é um reflexo do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado.

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Prevista	7 185 833,00	6 318 932,00	7 020 696,00	7 134 220,00	7 109 286,00
Receita Executada	5 644 938,56	6 306 434,74	6 669 552,56	6 857 402,83	6 836 854,81
% Execução	78,56%	99,80%	95,00%	96,12%	96,17%

### 3.2.1.3 RECEITAS DE CAPITAL

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital e Passivos Financeiros, representando na sua globalidade 100%.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio		Grau de Execução	
	€	%	€	%	€		€	%
09. Venda de bens de investimento	50,00	0,01%	0,00	0,00%	-50,00		0,00%	
10. Transferências de capital	796 645,00	99,99%	675 430,61	98,27%	-121 214,39		84,78%	
13. Outras receitas de capital	20,00	0,00%	11 920,30	1,73%	11 900,30		59 601,50%	
<b>Total das Receitas de capital</b>	<b>796 715,00</b>	<b>100%</b>	<b>687 350,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>-109 364,09</b>		<b>86,27%</b>	

17

O quadro evidência de uma forma clara que as Transferências de Capital representam a principal origem de financiamento dos investimentos, sendo cerca de 9% das Receitas Totais da autarquia. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, que vieram possibilitar o financiamento de investimentos.

A receita de capital apresentou um grau de execução de 86,27%, à inicialmente prevista. Os quadros e gráficos que a seguir se apresentam mostram a evolução e capacidade de execução das receitas de capital desde 2012.

	2012	2013	2014	2015	2016
09. Venda de bens de investimento	3 750,00	13 502,00	51,00	7 910,00	0,00
10. Transferências de capital	4 269 032,79	1 067 601,62	632 539,37	527 717,15	675 430,61
12. Passivos financeiros	0,00	4 000 000,00	0,00	0,00	0,00
13. Outras receitas de capital	6 720,67	0,00	0,00	0,00	11 920,30
<b>Total das Receitas de capital</b>	<b>4 279 503,46</b>	<b>5 081 103,62</b>	<b>632 590,37</b>	<b>535 627,15</b>	<b>687 350,91</b>

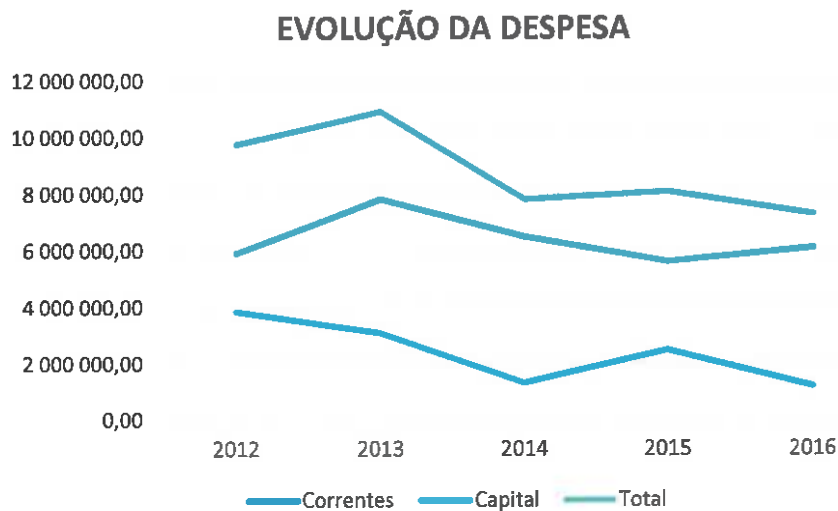
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Prevista	7 029 451,00	8 938 500,00	903 321,00	1 259 526,99	796 715,00
Receita Executada	4 279 503,46	5 153 627,08	632 590,37	535 627,15	687 350,91
% Execução	60,88%	57,66%	70,03%	42,53%	86,27%

### 3.2.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

#### 3.2.2.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA

A despesa global realizada foi de €7.278.241,14, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 92,04%, superior ao registado no ano de 2015 (89,02%).

O gráfico que se segue mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal.



#### 3.2.2.2 DESPESA CORRENTE

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um índice de execução de 93,27%.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%		
01. Despesas com o pessoal	3 005 109,00	46,05%	2 889 064,21	47,47%	-116 044,79	96,14%
02. Aquisição de bens e serviços	2 883 147,00	44,18%	2 610 340,83	42,88%	-272 806,17	90,54%
03. Juros e outros encargos	157 630,00	2,42%	126 062,19	2,07%	-31 567,81	79,97%
04. Transferências correntes	421 132,00	6,45%	406 042,71	6,67%	-15 089,29	96,42%
05. Subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%
06. Outras despesas correntes	58 900,00	0,90%	55 445,17	0,91%	-3 454,83	94,13%
<b>Total da Despesa corrente</b>	<b>6 525 918,00</b>	<b>100%</b>	<b>6 086 955,11</b>	<b>100%</b>	<b>-438 962,89</b>	<b>93,27%</b>

O quadro evidencia a importância das Despesas com Pessoal, as quais representam 47,46% do total das Despesas Correntes, que em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços realizaram uma despesa no montante de €5.499.405,04 representando 90,35% da Despesa Corrente Total.

Quanto às restantes rubricas, as Transferências Correntes corresponderam a 6,67% das Despesas Correntes e 5,58% da Despesa total. A evolução e capacidade de execução das Despesas Correntes estão patenteadas nos quadros que a seguir se apresentam.

19

	2012	2013	2014	2015	2016
01. Despesas com o pessoal	2 383 417,63	3 010 817,03	3 044 396,53	2 936 558,21	2 889 064,21
02. Aquisição de bens e serviços	2 524 134,67	3 923 435,01	2 835 532,88	2 064 456,76	2 610 340,83
03. Juros e outros encargos	244 991,62	429 408,00	275 757,73	189 467,45	126 062,19
04. Transferências correntes	219 488,57	354 591,89	267 276,22	388 226,77	406 042,71
05. Subsídios	472 522,13	56 924,00	27 373,79	0,00	0,00
06. Outras despesas correntes	71 759,28	40 044,20	36 754,89	27 206,61	55 445,17
<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>5 916 313,90</b>	<b>7 815 220,13</b>	<b>6 487 092,04</b>	<b>5 605 915,80</b>	<b>6 086 955,11</b>

	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Prevista	7 452 170,00	8 550 521,00	6 791 124,20	6 234 740,00	6 525 918,00
Despesa Executada	5 916 313,90	7 815 220,13	6 487 092,04	5 605 915,80	6 086 955,11
<b>% Execução</b>	<b>79,39%</b>	<b>91,40%</b>	<b>95,52%</b>	<b>89,91%</b>	<b>93,27%</b>

### 3.2.2.3 DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano económico transato.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução	
	€	%	€	%		€	%
07. Aquisição de bens de capital	774 238,16	56,02%	588 705,51	49,42%	-185 532,65	76,04%	
08. Transferências de capital	111 500,00	8,07%	107 500,00	9,02%	-4 000,00	96,41%	
09. Ativos financeiros	57 664,00	4,17%	57 664,00	4,84%	0,00	100,00%	
10. Passivos financeiros	135 000,00	9,77%	133 865,51	11,24%	-1 134,49	99,16%	
11. Outras despesas de capital	303 780,84,00	21,97%	303 551,01	25,48%	-229,83	99,92%	
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>1 382 183,00</b>	<b>100%</b>	<b>1 191 286,03</b>	<b>100%</b>	<b>-190 896,97</b>	<b>86,19%</b>	

A totalidade das Despesas de Capital realizadas ascendeu a €1.191.286,03, refletindo uma taxa de execução de 86,19%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídas as obras públicas, representa 49,42% do total das Despesas de Capital, registando uma taxa de execução de 76,04%, o que significa que foi a componente que maior dotação de recursos absorveu.

20

Os quadros seguintes permitem visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado.

	2012	2013	2014	2015	2016
07. Aquisição de bens de capital	3 380 479,23	1 769 672,50	961 940,78	2 176 686,24	588 705,51
08. Transferências de capital	227 190,00	142 000,00	224 999,98	104 377,15	107 500,00
09. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	57 664,00	57 664,00
10. Passivos financeiros	225 548,90	1 165 078,37	128 485,70	131 427,84	133 865,51
11. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	303 551,01
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>3 833 218,13</b>	<b>3 076 750,87</b>	<b>1 315 426,46</b>	<b>2 470 155,23</b>	<b>1 191 286,03</b>

	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Prevista	7 220 451,00	3 610 583,00	2 276 926,90	2 837 400,00	1 382 183,00
Despesa Executada	3 833 218,13	3 076 750,87	1 315 426,46	2 470 155,23	1 191 286,03
% Execução	53,09%	85,21%	57,77%	87,06%	86,19%

### 3.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta-se organizada por objetivos, programas, projetos e ações. É parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes.

Assim, no mapa que a seguir se apresenta, evidencia-se a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, por classificação funcional, comparando-se o valor realizado com o valor orçamentado.

H.  
2016  
D.  
sb  
A.  
A.



Código	Classificação Funcional	Orçamento Final		Execução		Grau de Execução
		€	%	€	%	%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>4 054 685</b>	<b>51,27%</b>	<b>3 707 956</b>	<b>50,95%</b>	<b>91,45%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>3 999 685</b>	<b>50,58%</b>	<b>3 658 397</b>	<b>50,26%</b>	<b>91,47%</b>
1.1.1	Administração geral	3 999 685	50,58%	3 658 397	50,26%	91,47%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e ordem públicas</b>	<b>55 000</b>	<b>0,70%</b>	<b>49 559</b>	<b>0,68%</b>	<b>90,11%</b>
1.2.0	Segurança e ordem pública	0	0,00%	0	0,00%	-
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	55 000	0,70%	49 559	0,68%	90,11%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>2 039 829</b>	<b>25,79%</b>	<b>1 893 790</b>	<b>26,02%</b>	<b>92,84%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>688 505</b>	<b>8,70%</b>	<b>661 242</b>	<b>9,09%</b>	<b>96,04%</b>
2.1.0	Educação	0	0,00%	0	0,00%	-
2.1.1	Ensino não superior	450 605	5,70%	434 935	5,98%	96,52%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	237 900	3,01%	226 307	3,11%	95,13%
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Ação Sociais</b>	<b>51 900</b>	<b>0,66%</b>	<b>51 826</b>	<b>0,71%</b>	<b>99,86%</b>
2.3.2	Ação social	51 900	0,66%	51 826	0,71%	99,86%
<b>2.4.</b>	<b>Habituação e Serviços Coletivos</b>	<b>927 756</b>	<b>11,73%</b>	<b>845 236</b>	<b>11,61%</b>	<b>91,11%</b>
2.4.1	Habituação	0	0,00%	0	0,00%	-
2.4.2	Ordenamento do território	44 400	0,56%	40 073	0,55%	90,25%
2.4.3	Saneamento	404 356	5,11%	355 562	4,89%	87,93%
2.4.4	Abastecimento de água	371 500	4,70%	345 355	4,75%	92,96%
2.4.5	Resíduos sólidos	102 000	1,29%	98 968	1,36%	97,03%
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	5 500	0,07%	5 278	0,07%	95,97%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>371 668</b>	<b>4,70%</b>	<b>335 486</b>	<b>4,61%</b>	<b>90,26%</b>
2.5.1	Cultura	157 880	1,99%	147 945	2,03%	93,71%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	213 706	2,70%	187 540	2,58%	87,76%
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	82	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>1 202 325</b>	<b>15,20%</b>	<b>1 115 201</b>	<b>15,32%</b>	<b>92,75%</b>
3.2.0	Indústria e energia	649 525	8,21%	612 268	8,41%	94,26%
3.2.2	Iluminação pública	0	0,00%	0	0,00%	-
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>334 500</b>	<b>4,23%</b>	<b>290 810</b>	<b>4,00%</b>	<b>86,94%</b>
3.3.1	Transportes rodoviários	334 500	4,23%	290 810	4,00%	86,94%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>218 300</b>	<b>2,76%</b>	<b>212 124</b>	<b>2,91%</b>	<b>97,17%</b>
3.4.1	Mercados e feiras	0	0,00%	0	0,00%	-
3.4.2	Turismo	218 300	2,76%	212 124	2,91%	97,17%
<b>4.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>611 262</b>	<b>7,73%</b>	<b>561 294</b>	<b>7,71%</b>	<b>91,83%</b>
4.1.0	Operações da dívida autárquica	292 630	3,70%	259 928	3,57%	88,82%
4.2.0	Transferências entre administrações	318 632	4,03%	301 366	4,14%	94,58%
<b>TOTAL</b>		<b>7 908 101</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 278 241</b>	<b>100,00%</b>	<b>92,04%</b>

Na execução anual das grandes opções do plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2016, analisando-se apenas os valores referentes aos investimentos programados e executados. Relativamente à execução anual refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos oscilou entre 91,45% e 92,84%, registando-se uma execução global anual de 92,04%.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### EXECUÇÃO ANUAL DAS GOP'S





#### 4. INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visão prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Mêda, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

**Rácios de estrutura** - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros;

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2012	2013	2014	2015	2016
1	Impostos diretos / Receitas correntes	8,62%	10,26%	10,74%	10,77%	9,30%
2	Transferências correntes / Receitas correntes	66,71%	75,90%	75,31%	76,89%	77,12%
3	Transferências capital / Receitas de capital	99,76%	21,01%	99,99%	98,52%	98,27%
4	Passivos financeiros / Receitas de capital	0,00%	78,72%	0,00%	0,00%	0,00%
5	Receitas correntes / Receitas totais	54,38%	52,45%	91,03%	92,68%	90,84%

24

**Rácios de gestão** – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2012	2013	2014	2015	2016
6	Despesas correntes / Receitas correntes	104,81%	123,92%	97,26%	81,75%	89,03%
7	Despesas capital / Receitas de capital	89,57%	60,55%	207,94%	461,17%	173,32%
8	Pessoal / Receitas correntes	42,22%	47,74%	45,60%	42,82%	42,26%
9	Pessoal / Despesas correntes	40,29%	38,53%	46,89%	52,38%	47,46%

**Rácios de investimento e produtividade** - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)		2012	2013	2014	2015	2016
10	Investimento / Despesa capital	88,19%	57,52%	73,13%	88,12%	49,42%
11	Investimento / Despesa total	34,67%	16,25%	12,33%	26,95%	8,09%
RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2012	2013	2014	2015	2016
12	Investimentos / Total funcionários	22 387,28	10 348,96	5 691,96	12 879,80	3 656,56
13	Receita total / Total funcionários	64 566,44	63 695,74	43 352,14	42 782,90	46 745,98
14	Despesas funcionamento / Total funcionários	32 500,35	40 551,18	34 792,48	29 591,80	34 157,80

#### 4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

##### Limitações

Dado que o Município no decorrer do ano 2016 ainda não adotou a contabilidade de custos, não se poderá abordar de forma apropriada, a nível da gestão, a evolução dos custos, quer ao nível das funções, atividades, quer dos bens e serviços. Por esse motivo muitos dos rácios que poderiam ser calculados e relacionados com a economia, a eficiência e eficácia, só poderão ser realizados a partir dos mapas de resultados obtidos na contabilidade de custos, desde que esta esteja devidamente implementada e a funcionar de forma organizada e consistente.

Assim a presente análise terá em conta exclusivamente o Balanço e Demonstração de Resultados.

##### 4.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA

##### Rácios Económico – Financeiros

Têm por referência a estrutura dos elementos do ativo, dos fundos patrimoniais e do passivo.

#### 4.1.1.1 BALANÇO

Enquanto a execução orçamental, reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, através do Balanço e Demonstração de Resultados analisamos a atividade do Município ao nível patrimonial, ou seja, os seus direitos e obrigações.

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância, no quadro seguinte apresenta-se resumidamente a estrutura patrimonial do Município.

Da análise do balanço, facilmente se verifica a situação financeira do Município, aliás como se demonstrou na análise orçamental anteriormente feita.

Para melhor analisar a situação económica - financeira apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no termo do exercício económico, de forma a visualizar a situação em que se encontra o Município de Mêda, comparando esses rácios com os anos 2012, 2013, 2014 e 2015.

RÁCIOS		2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Geral	Ativo circulante / Exigível a curto prazo	20,77%	21,80%	10,72%	7,33%	8,27%
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	82,27%	88,13%	89,01%	90,49%	97,53%
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	0,55%	0,53%	0,53%	0,53%	0,51%

**Liquidez Geral** permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo, quanto mais equilibrado estiver este rácio maior será a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

**Solvabilidade** traduz a posição de independência do Município face aos credores, quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos.

**Endividamento** mede a participação de capitais alheios no financiamento do Município, admitindo que quando este valor é superior a 100 as entidades se encontram em situação de falência técnica, podemos dizer que o estamos muito aquém desta situação.

#### 4.1.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município encerrou o exercício de 2016, com um Resultados Líquido de Exercício de €516.822,24.

No quadro seguinte sintetiza-se a Demonstração de Resultados espelhando os respectivos resultados.

DESIGNAÇÃO	ANOS			
	2013	2014	2015	2016
Resultados operacionais	-688 131,03	132 327,52	-419 976,84	-208 529,88
Resultados financeiros	132 327,52	-419 976,84	-181178,31	-116 006,58
Resultados correntes	-114 130,11	-658 234,25	-365 491,22	-324 536,46
Resultado líquido do exercício	294 972,73	-411 009,93	-29 279,79	516 822,24

##### 4.1.1.2.1 RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Proveitos operacionais estão condicionados essencialmente às vendas e prestações de serviços, impostos e taxas e sobretudo às transferências e subsídios obtidos, por outro lado verificamos que os fornecimentos e serviços externos, remunerações e amortizações do exercício também detêm um peso decisivo na estrutura dos custos operacionais, obtendo-se um valor negativo de €208.529,88.

27

##### 4.1.1.2.2 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2016, os resultados financeiros apresentam um valor negativo de €116.006,58, resultantes essencialmente de juros suportados, substancialmente inferiores à respetiva rubrica de proveitos.

Custos Financeiros	Valor	Proveitos Financeiros	Valor
Custos e Perdas Financeiros	131 488,20	Proveitos e Ganhos Financeiros	15 481,62
<b>Total</b>	<b>131 488,20</b>	<b>Total</b>	<b>15 481,62</b>

**4.1.1.2.3 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital Concedidas e as Correções de Anos Anteriores.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se a redução de Provisões as Correções de anos anteriores e essencialmente os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, que incluem a parcela dos subsídios ao investimento reconhecidos no corrente ano.

Custos Extraordinários	Valor	Proveitos Extraordinários	Valor
Custos e Perdas Extraordinários	134 571,60	Proveitos e Ganhos Extraordinários	975 930,30
<b>Total</b>	<b>134 571,60</b>	<b>Total</b>	<b>975 930,30</b>

**4.1.1.2.4 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

Considerando os custos e proveitos totais, obtém-se um resultado líquido positivo de €516.822,24.

## 5. ENDIVIDAMENTO

Na análise do Endividamento do Município de Mêda referente a 2016, considerou-se o disposto nos artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

ENTIDADE	VALOR DA DÍVIDA		VARIAÇÃO
	31/12/2015	31/12/2016	16/15
Divida a Terceiros a Curto Prazo	796 799,12	449 910,04	-43,54%
Fornecedores c/c	211 323,51	60 668,97	-71,29%
Fornecedores de Imobilizado	78 310,36	58 813,41	-24,90%
Outros Credores (sem operações de tesouraria)	507 165,25	330 427,66	-34,85%
Bancos / Instituições de crédito / Empréstimo Médio Longo Prazo	5 865 728,32	5 731 862,81	-2,28%
<b>TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS</b>	<b>6 662 527,44</b>	<b>6 181 772,85</b>	<b>-7,22%</b>

### LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Designação	Cobrança 2013	Cobrança 2014	Cobrança 2015	Média dos três exercícios anteriores
Total da Receita Corrente Líquida	6 306 435	6 669 553	6 857 403	6 611 130
(1) Limite da Dívida Total				9 916 695
(2) Dívida Total Início Ano, Contribuição Outras Entidades (art.º 54º do RFALEI)				6 316 534
(3) Margem de Endividamento Início Ano (1)-(2)				3 600 161
(4) Limite da Dívida Total para 2016 (2)+(3)*20%				7 036 566
(5) Total da Dívida a Terceiros do Balanço				6 465 356
(6) Total de Dívidas Extra Orçamentais do Balanço				283 583
(7) Total de Dívidas Excecionadas				288 329
(8) Total de Dívidas Orçamentais (5)-(6)-(7)				5 893 443
(9) Contribuição Outras Entidades (art.º 54º do RFALEI)				233
(10) Dívida Total Orçamental (8)+(9)				5 893 676
(11) Margem de Endividamento Final Ano (4)-(10)				1 142 890

O Município de Mêda apresenta, em 31 de dezembro, o valor de dívida total de operações orçamentais de €5.893.443, correspondendo €5.731.862,81 empréstimos a médio e longo prazo., verificando-se que

Conforme demonstrado no quadro anterior, o Município de Mêda não excedeu o limite de endividamento de 2016, registando no final do ano uma margem de €1.142.890, a que corresponde uma margem global de €4.023.019.

---

## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com a demonstração financeira do ano 2016, o resultado líquido do exercício foi de €516.822,24, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de Fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício positivo assim e porque a conta de 59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se a aplicação de resultados seguinte:

- Reforço de reservas legais (5%) no valor de €25.841,11.
- Transferência do restante resultado líquido do exercício para a conta 59 – “Resultados Transitados”, no valor de €490,981,13.



---

**7. FACTORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício que possam ter afetado as atividades do Município, tendo em conta a atividade desenvolvida no ano 2016.

